



o trabalhador da CML

N.º 174
Mar. / Abr. 2016



**Orçamento aprovado,
falta agora aprofundar o caminho
da recuperação!**

XIII Congresso
da CGTP-IN
p.10-11

31 de Março, Manifestação
Nacional da Juventude
Trabalhadora p.16

Para os trabalhadores da administração pública, e em especial aqueles a quem se destina este Jornal, associados do STML na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais da cidade de Lisboa, interessa muito do que atualmente se aprova, e em que sentido, na Assembleia da República. Referimo-nos obviamente ao Orçamento do Estado para o corrente ano, que inicia a inversão de rumo face ao que foram quase 5 anos de desgovernação do PSD/CDS.

Certo é que ainda estamos perante um passo tímido, considerando as expectativas criadas em torno de uma mudança efetiva e com reflexos práticos nos nossos rendimentos e consequentemente nas nossas condições de vida. Mas não podemos, nem devemos desvalorizar, a opção que procura ir de encontro aos nossos interesses enquanto trabalhadores do setor público, neste momento, uma opção claramente num sentido contrário à política de confronto (dizia-se de austeridade) que Passos, Portas e Cavaco materializaram durante demasiado tempo.

Valorizando o que é preciso valorizar, não deixamos de criticar o que é passível de criticar. Sobre aumentos salariais em função do atual custo de vida, sobre o descongelamento das carreiras e a revogação do atual SIADAP, o Governo mantém-se inamovível, pelo menos durante este ano. As suas opções são claras, prefere injetar milhares de milhões de euros na banca privada (BANIF, BES/Novo Banco), nas PPPs e nos serviços da dívida do país, em detrimento da resposta que mais de 600

mil trabalhadores da administração pública exigem à mais de uma década. Caberá então aos lesados, todos nós, organizar o nosso protesto tendo em vista a concretização do que é justo. Simples!

No município de Lisboa e apesar dos compromissos assumidos pelo atual executivo camarário com o Sindicato, propagandeado também na comunicação social, quem sabe antecipando uma pré-campanha eleitoral, a verdade que é muitas das obras e intervenções em edifícios e postos municipais, melhorando as condições de trabalho de centenas de trabalhadores, arrancaram a custo ou arrastam-se a passo de caracol, facto que não deixa de enervar um pouco, todos aqueles que esperam por soluções, também à demorado tempo.

Nas Juntas de Freguesia, valorizamos a celebração do ACEP com Benfica e Alvalade. Todavia, os problemas que grassam hoje no seio dos trabalhadores, transversais a quase todas as freguesias, confirmam infelizmente os receios do Sindicato. Muitos executivos continuam a não querer pagar os devidos rendimentos aos trabalhadores acidentados, entre outros atropelos. Também por aqui, se desconstrói a falácia da argumentação utilizada pelos defensores e autores (PS) do processo de transferência de competências para as Juntas (aprovado, não podemos esquecer, com os votos a favor do PSD). A luta desenvolver-se-á inevitavelmente face às afrontas que teimam em repetir e agravar.

Por último, não podemos esquecer-

nos dos marcos históricos que comemoramos em Março, nomeadamente o *Dia Internacional da Mulher* no passado dia 8, ou o *Dia Nacional da Juventude Trabalhadora* que dará lugar este ano a uma grande manifestação no dia 31. Além da festa implícita, trata-se principalmente de momentos de protesto e luta que procuram denunciar e exigir soluções para os problemas das mulheres e dos jovens trabalhadores e trabalhadoras. Mas quando falamos dos direitos e interesses dos trabalhadores, não falamos em tipificações redutoras com a do sexo ou da idade. Os problemas e a luta a desenvolver pela sua resolução dizem respeito a todos. Organizemo-nos então por tudo o que mexe com a nossa vida. Elevemos a nossa consciência e participação porque já ontem era tarde!



Trabalhadores da EGEAC exigem condições dignas de trabalho!

Sem qualquer respeito pela saúde dos trabalhadores, o Conselho de Administração (CA) da EGEAC tem vindo a descuidar as condições deploráveis em que estes laboram. Se dúvidas houvesse, os relatórios médicos da Medicina do Trabalho, quer da “antiga” *Medilabor*, quer da recém-chegada *SafeMode*, atestam as denúncias dos trabalhadores e deste Sindicato.

As obras realizadas no Padrão dos Descobrimentos, claramente não resolveram nenhum dos problemas que afetam direta e diariamente, a saúde dos trabalhadores, continuando a sua vida a ser colocada em risco incompreensivelmente. No caso concreto, trata-se de infiltrações de água que passam pelos circuitos eléctricos em zonas exclusivas aos trabalhadores.

Visitando agora o Castelo de São Jorge, é imperioso que se fale sobre a “história” recente. No seguimento dos vários pedidos, não atendidos, de rectificação do número excessivo de trabalhadores que operam num espaço tão exíguo, o STML anunciou um pré-aviso de greve para Novembro de 2014, luta que projetou bem alto as reivindicações dos trabalhadores.

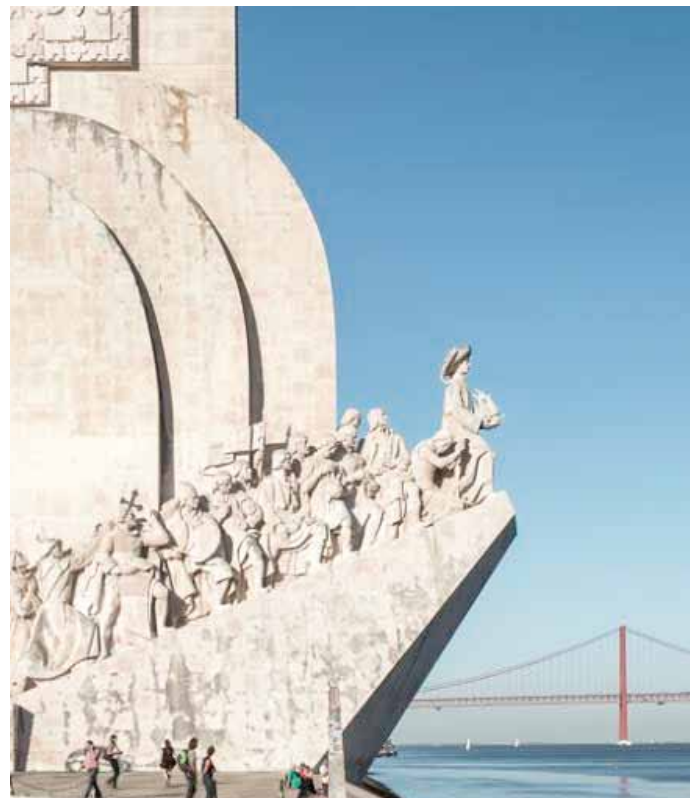
Resultado dessa luta, o CA lá arranhou tempo para reunir com este Sindicato, convocando uma reunião de emergência. Nessa reunião, o CA comprometeu-se em evidenciar todos os esforços para a resolução desses problemas.

Passado pouco mais de um ano, o número de trabalhadores que exercem funções naquele espaço não

só não reduziu como triplicou. O problema não reside no reforço de pessoal, imprescindível e à muito também exigido, mas sim pelo espaço físico, que parece cada vez mais limitado.

No sentido de colaborar positivamente na resolução desta problemática, o STML fez vários pedidos de reunião adiantando propostas concretas. Não se percebendo o porquê de tanta demora, restam poucas dúvidas quanto às reais intenções do CA da EGEAC perante esta situação. A redução da qualidade dos serviços prestados pelas equipas que neste espaço actuam tem implicações directas, quer com outras equipas internas, quer externas ou mesmo com o público em geral. Se por um lado, eventuais prestações deficitárias não incomodam o CA, o mesmo não se admite perante tamanha insensibilidade no que à integridade física e psíquica estes trabalhadores estão sujeitos. É da responsabilidade do CA assegurar as boas práticas na prevenção de doenças profissionais que podem, em muitos casos, vir a revelar uma natureza crónica.

Tendo em consideração a urgência na resolução deste problema que se arrasta há mais de um ano, o STML enviou um ofício ao CA no passado dia 18 de Fevereiro, solicitando uma reunião com carácter urgente para apresentação de propostas concretas que visam, mais uma vez, a solução eficaz desta situação. Não podemos nem aceitamos, que brinquem com a vida de quem dá a cara pela EGEAC e todos os dias engrandece a imagem desta empresa municipal.



Na GEBALIS avançamos com confiança para a celebração do Acordo de Empresa.

Será entregue em breve ao Conselho de Administração (CA) da GEBALIS, a proposta de Acordo de Empresa (AE), elaborado por STML e STAL. Como temos vindo a referir, as direções de ambos os sindicatos, com os seus respetivos gabinetes jurídicos, transpuseram para esta proposta de AE, as aspirações dos trabalhadores, expressa pela sua Comissão de Trabalhadores (CT), além de associar toda a experiência sindical acumulada através de situações análogas.

Salientamos o empenho em todo o processo da CT, que devido ao conhecimento específico e profundo da realidade da empresa, deu um contributo decisivo para a concretização desta proposta.

Nos dias 15, 16 e 18 de Fevereiro, realizaram-se três plenários descentralizados, convocados por STML e STAL, com o objetivo de dar a conhecer a proposta de AE elaborada pelos sindicatos. Estas reuniões tiveram simultaneamente o propósito em ouvir os trabalhadores, recolher opiniões e corrigir a proposta nos tópicos necessários.

Os plenários foram bem participados, tendo os trabalhadores uma intervenção decidida e construtiva, contribuindo com a sua experiência para que diversas matérias fossem ajustadas à sua realidade. Abordaram-se prioritariamente, matérias como as carreiras profissionais, o seu acesso e progressão, correspondentes grelhas salariais, atribuição do suplemento de insalubridade penosidade e risco, horários de trabalho, com a jornada de trabalho de 35 horas semanais, 7 horas diárias, sem adaptabilidade nem bancos de horas individuais, condições da isenção de horário, majoração dos dias de férias, condições da Saúde e Segurança no Trabalho ou formação profissional, entre outros assuntos.

Como sempre afirmámos, o sucesso das negociações que se irão iniciar oportunamente, será tanto maior consoante o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores em torno do seu AE e da confiança depositada nos sindicatos. Neste momento sentimos essa confiança e estamos bem preparados para encetar esta fase do processo.

Neste sentido, procederemos ao envio da *proposta* de AE ao CA da GEBALIS, solicitando a abertura de negociações, com o objetivo obviamente da sua assinatura. Simultaneamente, distribuiremos a proposta por todos os trabalhadores. Informaremos sobre a evolução das negociações, garantindo que não assinaremos o AE, sem apresentar aos trabalhadores o resultado alcançado face às expectativas iniciais.

À margem deste processo, dirigentes do STML reuniram com o presidente do CA, para avaliar e perceber o que já foi feito sobre as condições de Saúde e Segurança do Gabinete do Bairro Padre Cruz. Relembramos que após a intervenção deste sindicato, este local de trabalho foi alvo de obras de melhoramento. Após a sua conclusão, verificámos que foram resolvidos muitos dos problemas existentes e inicialmente denunciados.

Na reunião referida, foi também transmitido pelo Presidente do CA, a intenção em realizarem brevemente as outras intervenções consideradas urgentes pelo Sindicato, bem como do investimento na melhoria das condições de trabalho nos Gabinetes das Olaias e Vale de Alcântara. Referiu ainda, que o CA está a trabalhar numa solução para garantir melhores condições de trabalho aos técnicos que neste momento se encontram no *back office* da Loja do Cidadão. Vontade expressa que acolhemos com agrado, aguardando agora a sua célere efetivação.



Assinados os ACEP com as Juntas de Freguesia de Benfica e Alvalade

Concretizou-se no dia 29 de Janeiro, a assinatura do ACEP (Acordo Coletivo de Empregador Público) com a Junta de Freguesia de Benfica e no dia 25 de Fevereiro com a Junta de Freguesia de Alvalade.

Com a celebração destes dois ACEP, são já 15 os acordos coletivos assinados entre o STML e as Juntas de Freguesia de Lisboa. Além das já referidas, avançamos e concretizamos com as Juntas de Freguesia da Ajuda, Carnide, Campolide, Parque das Nações, Olivais, Misericórdia, Sta. Maria Maior, Campo de Ourique, Arroios, S. Vicente, S. Domingos de Benfica, Lumiar e Avenidas Novas.

Não podemos deixar de valorizar toda a luta travada pelos trabalhadores e respetivos sindicatos contra a imposição das 40 horas

semanais, assumindo com perseverança a assinatura dos ACEP sem adaptabilidade nem bancos de horas, reforçada posteriormente pelo reconhecimento do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucional a ingerência do Governo (do PSD/CDS) na negociação entre os sindicatos e os Órgãos da Administração Local. O que se perspetiva agora, é a publicação dos ACEP entretanto assinados, associado à intenção demonstrada pelo governo de repor as 35 horas (a ver vamos com que condicionamentos).

O STML continua a perseguir o objetivo de celebrar ACEP com todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa, no sentido, não só em manter as 35 horas semanais sem adaptabilidade e bancos de horas a todos os trabalhadores associados,

como também assegurar outras garantias e direitos que, não estando previstos na legislação geral, possam ser consagrados através da contratação coletiva.

Esta é a melhor forma de reafirmarmos o nosso entendimento da autonomia do poder local democrático e continuarmos a exigir ao Governo a publicação em Diário da República de **todos** os ACEP (neste momento já estão publicados três), livremente negociados e assinados entre as autarquias e os sindicatos.



Reforçar o Sindicato, aumentar a sindicalização!

O STML é há largos anos o sindicato mais representativo da Câmara Municipal de Lisboa. Igualposição assume na EGEAC, onde vigora um *Acordo de Empresa* (AE) impulsionado e celebrado por este Sindicato, tendo sido inclusive, à data da sua celebração (2002), o primeiro AE assinado em todo o país com uma empresa municipal. Decorre neste momento, ainda no contexto das empresas municipais, os trâmites necessários à celebração do respetivo AE com a Gebalis.

À exceção da EMEL, onde intervém outro sindicato da CGTP-IN (o CESP), o STML tem associados no MARL e é também o sindicato mais representativo no Parque de Campismo de Lisboa, hoje concessionado pela Associação de Turismo de Lisboa a uma empresa privada (Catarino & Associados, S.A.).

Numa terceira dimensão, resultado do processo de transferência de competências em 2014 da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, às quais se somaram os respetivos trabalhadores, o STML tem atualmente um peso substancial para não dizer maioritário, em quase todas as vinte e quatro juntas de freguesia da cidade. Reflexo disso mesmo é a celebração do ACEP com mais metade das juntas de freguesia (15 acordos formalizados).

Neste contexto, podemos afirmar que o STML, sindicato que em 2017 comemora o seu 40º aniversário, tem na sua base de associados a sua maior força, garantindo e projetando o seu prestígio e influência.

Mas ‘dormir à sombra da bananeira’, como o nosso povo sabiamente nos lembra, nunca foi bom conselho. É verdade que no município de Lisboa (CML, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais), não há outro sindicato que se compare ao STML. Contudo, para manter o projeto sindical que nos caracteriza e sempre nos caracterizou, sabendo sempre evoluir e adaptá-lo aos tempos em que vivemos, implica um esforço diário e determinado.

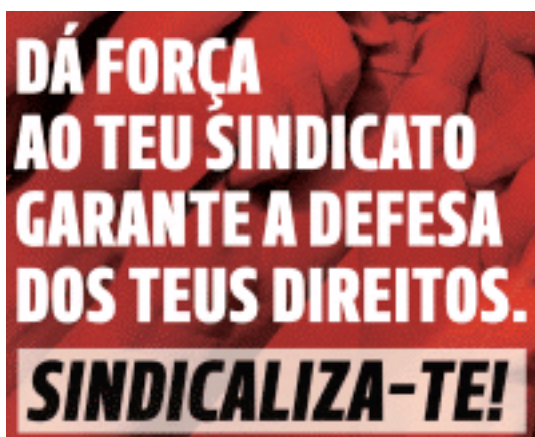
Sem virar costas aos princípios que ainda hoje nos norteiam e nunca deixando para mãos alheias a responsabilidade, firmeza e honestidade que nos tipifica na defesa dos trabalhadores que representamos, é cada vez mais importante reforçar o Sindicato. Tal só é possível com o aumento da sindicalização.

Esta é uma dimensão vital em qualquer sindicato! No mínimo, podemos justificar esta afirmação referindo a necessidade incontornável em garantir a autonomia e independência financeira do sindicato, só possível através da quotização (única fonte de financiamento), permitindo desenvolver e alcançar sem constrangimentos de maior, a ação e os objetivos para os quais existe e trabalha.

Porém, seria redutor limitar a importância da sindicalização aos aspetos financeiros, sem contudo desvalorizar esta componente pela sua determinante influência no que se pode ou não fazer. Ter uma base de associados o mais alargada possível é também sinónimo de prestígio e maior capacidade de influenciar decisões políticas que possam preponderar positivamente sobre a vida de quem trabalha.

Quando iniciamos um processo negocial com a Câmara, uma Junta ou um Conselho de Administração, é indubitável a importância do número de trabalhadores sindicalizados, isto é, o peso da representação do Sindicato. Representar 20% ou 90% dos trabalhadores de determinado setor ou realidade profissional, origina naturalmente posturas e resultados diferentes no contexto negocial.

Para 2016, o STML definiu como meta sindicalizar mais 200 trabalhadores. Este é o único caminho que reforça e dá força ao Sindicato, o mesmo é dizer, reforça a capacidade de resposta em função das aspirações dos trabalhadores do município de Lisboa, seja em termos de direitos e rendimentos, seja no plano das suas condições de trabalho.



O STML comemora 39 anos de história e luta com a força de quem trabalha no município de Lisboa!

A **6 de Abril** assinala-se o **39º aniversário do STML**. A sua constituição em 1977 materializou a vontade das mulheres e dos homens trabalhadores do município de Lisboa. A força, legitimidade e razão de ser deste Sindicato mantém ainda hoje essa vontade como guia incontornável para não dizer imprescindível na sua ação.

O resultado do seu enraizamento no seio dos trabalhadores faz deste Sindicato o mais representativo na CML, e agora também nas Juntas de Freguesia, em virtude da transferência de muitas centenas de nossos associados que nestes organismos começaram a laborar a partir de março de 2014. Também nas Empresas Municipais, marcamos a nossa presença, com elevada e destacada importância para a EGEAC, onde prevalece o Acordo de Empresa celebrado pela primeira vez em 2002.

Ao STML associa-se o papel único nos anos 1980, de uma importância destacada a nível nacional, na conquista à organização e aos direitos de representação sindical para os bombeiros sapadores de Lisboa, sendo atualmente o sindicato mais representativo deste setor profissional tão específico. O Departamento de Bombeiros do STML é o reflexo dessa história, percurso e consideração.

O STML conta ainda com uma *Comissão da Limpeza Urbana*

que se ocupa de um dos setores de atividade mais importantes da cidade. É também no seio deste setor profissional que reside o mais antigo e mais vasto grupo de trabalhadores associados, corporizando uma poderosa alavanca do sindicato na resolução dos muitos problemas que ao longo dos anos fomos enfrentando no município de Lisboa.

Para além dos trabalhadores no ativo, o STML conta com um *núcleo de aposentados* que mantém uma participação regular em iniciativas diversas de âmbito cultural e recreativo, mas também de protesto e luta por melhores condições de vida para esta faixa etária da população, tão desprezada nos últimos anos pelos sucessivos governos.

Com mais ou menos dificuldade, mas sempre com todo o empenho, continuamos a mobilizar e a organizar a luta dos trabalhadores, na defesa dos seus direitos, rendimentos e condições de trabalho. Sempre com os nossos associados, e nunca recusando ajudar um trabalhador ou trabalhadora, independentemente de ser ou não associada do Sindicato, agimos com coerência, honestidade e seriedade, marcas que desde sempre definiram a nossa ação.

Auscultando sempre os que dão corpo à luta, nas questões concretas às mais gerais materializ-

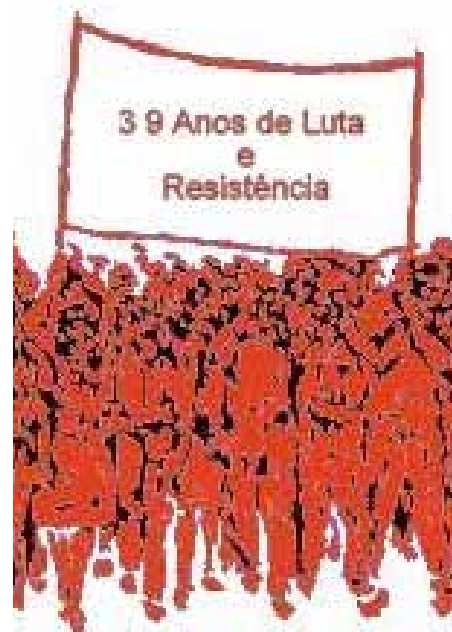
zando uma prática democrática de profundo alcance e significado. Envolvendo em todas as ocasiões possíveis e a vários níveis, os que no essencial legitimam e justificam a nossa existência, obviamente os trabalhadores, decidimos coletivamente como, onde e quando é importante intervir.

Uma das razões do sucesso da intervenção sindical do STML deve-se ao desempenho de uma vasta rede de Delegados Sindicais, a primeira imagem do sindicato e os verdadeiros *Dirigentes Locais*.

Para continuarmos a desenvolver a nossa ação, é fundamental o reforço da sindicalização.

Dar força ao STML, é dar força às legítimas reivindicações dos trabalhadores do município de Lisboa, na defesa do serviço público, das condições de trabalho, na construção de uma vida digna e com futuro.

O STML, sindicato de Abril, e os trabalhadores do município de Lisboa, enquanto realidade inseparável, estão de parabéns!



Para o executivo camarário, reorganizar é sinónimo de Reduzir!

Voltamos a assistir a mais uma tentativa de implementação de medidas de carácter operacional, que, segundo os autores, irão melhorar a prestação do *socorro* na cidade. Parece ser a imagem de marca dos responsáveis políticos e dos comandantes, isto porque, já em 2012, os anteriores, tentaram implementar, o que à época designaram por “reestruturação”.

O objetivo era claramente a implementação de um 5º turno de serviço, medida esta que iria reduzir significativamente o número já de si insuficiente de bombeiros a prestar diariamente. Esta proposta pretendia retirar bombeiros dos quatro turnos existentes para a criação desse 5º turno, estabelecendo assim uma elevada redução operacional do *socorro* à cidade e pondo assim em risco os Municípios e os Bombeiros.

Em 2014, os atuais responsáveis, políticos e hierárquicos, tentaram implementar uma reorganização operacional que, uma vez mais, segundo os próprios, visava adaptar novas metodologias na abordagem ao *socorro*. E mais uma vez se provou que as comparações aos métodos operacionais de corpos de bombeiros de outras capitais europeias, não eram exequíveis, em boa parte porque a cidade de Lisboa, devido às suas características muito particulares, não permite que assim seja. Só um *socorro* de proximidade garante a segurança aos municípios.

Agora, em 2016, avançam com nova tentativa de reorganização. Parecem acreditar ser possível acautelar a segurança dos municípios e dos bombeiros, colocando menos efetivos, menos viaturas, logo menos capacidade operacional num teatro de operações.

Mas parece ser um pré-requisito, por parte do poder político, que os putativos comandantes do RSB apresentem uma proposta de alteração do *Dispositivo Operacional Permanente*. Daí que faça todo o sentido interrogarmo-nos pelos reais motivos que levam os responsáveis políticos a pressionarem os sucessivos comandantes a apresentarem essas alterações de ordem operacional.



É evidente o desinvestimento em recursos humanos ao longo da última década, o que levou a que o mapa de pessoal do RSB tivesse atingido níveis de há 25 anos atrás, traduzindo-se de forma indireta num vazio hierárquico e diretamente na inoperância das ordenanças para as ocorrências tipificadas, por défice de efetivos.

O mais surpreendente é que a edilidade implementou uma taxa aos municípios (taxa de proteção civil), fazendo entrar nos cofres da autarquia, 19 milhões de euros anualmente, alegadamente para apoiar “o funcionamento dos serviços no domínio da proteção civil como as operações de *socorro*, acidentes naturais (*sismos, cheias, terremotos, etc.*), incêndios urbanos, acidentes com substâncias perigosas, roturas de água e abertura de portas com *socorro*, incluindo ainda todo o dispositivo de prevenção e segurança de pessoas e bens. As verbas serão aplicadas, nomeadamente, na melhoria de equipamentos, aquisição de veículos mais adequados à cidade, formação das equipas e recuperação das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros, para darem ainda melhor resposta às inúmeras solicitações que chegam dos municípios”.

Ou seja, a promessa é de “mais investimento, mais meios e mais segurança”, e essas premissas não se estão a verificar, muito pelo contrário. Segundo o projeto, a nova reorganização operacional vai retirar veículos e bombeiros do *socorro*, com a agravante que os veículos de *socorro* que pretende colocar nos teatros de operações, têm metade das capacidades operacionais, comparativamente com os veículos de fogo que ao longo de décadas foram utilizados no RSB. Até aos mais incautos será difícil explicar que, com a cidade a crescer para norte e para oriente, se tente reduzir as capacidades operacionais do Regimento. Afinal quem fica a ganhar com esta reorganização/redução operacional? Os bombeiros e os municípios, não com toda a certeza.



Das reuniões da Frente Comum com o Governo

Têm decorrido reuniões entre a Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) e as associações sindicais, onde a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), da qual o STML faz parte, tem estado presente. A primeira destas reuniões teve lugar a 13 de Janeiro e contou com a presença do actual Ministro das Finanças.

Neste primeiro encontro, foi estabelecido um calendário de reuniões para discutir as várias matérias que constam da *Proposta Reivindicativa* (PRC 2016) da FCSAP, além de outras iniciativas do governo. Ficaram definidas três reuniões até ao fim de Fevereiro, para discutir os assuntos relacionados com remunerações, uma vez que têm impacto na Lei do Orçamento do Estado para 2016, em discussão na Assembleia da República no momento em que escrevemos este artigo.

A SEAEP propôs reuniões mensais ao longo do primeiro semestre, para discutir as seguintes matérias: Revisão do regime da requalificação e dinamização do regime da mobilidade voluntária; desenvolvimento da formação profissional na AP; diagnóstico e resolução das situações existentes de precariedade no emprego público; reforço do diálogo social na Administração Pública, incluindo o acompanhamento e avaliação das políticas públicas e, revisão do regime do SIADAP.

A esta agenda, por iniciativa e proposta de qualquer uma das partes podem crescer, durante o ano de 2016, outras matérias que no âmbito dos regimes públicos laborais careçam de concertação e negociação colectiva. Sendo objetivo do governo o estabelecimento de acordo(s) sobre as matérias tratadas. A FCSAP comprometeu-se a entregar a sua contraproposta.

Desde a primeira reunião que os representantes governamentais têm referido que a Administração Pública está num caos, que sofreu nos últimos 4 anos, além dos cortes, graves consequências na gestão, nos recursos e na organização de serviços prejudicando utentes e trabalhadores.

Perante a proposta da FCSAP de actualização de salários, pensões e outras prestações, a SEAEP referiu que o quadro orçamental é muito complicado e que em apenas dois meses o Governo tomou medidas tendentes ao aumento do Salário Mínimo Nacional, ao fim da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, à reversão de cortes salariais e da sobretaxa do IRS, reposição de feriados e revogação da chamada Lei das 40 horas.

Decorridas três reuniões, sem qualquer resposta positiva às reivindicações apresentadas, a FCSAP recentrou a discussão nos salários, transmitindo o sentimento dos trabalhadores que não per-

cebem como é que o Governo não tem qualquer verba para aumentos salariais, bem como aumento do subsídio de refeição.

Assim, a FCSAP propôs a alteração do método e solicitou a resposta por escrito à PRC 2016 quer face às questões de incidência orçamental, quer às questões de regime laboral. Apenas depois da resposta decidirá a FCSAP se discute ou não um acordo de princípios, analisando a resposta às propostas e aos mecanismos que poderão concretizar essas propostas.

A SEAEP confirmou posteriormente e por escrito, que não há disponibilidade para qualquer aumento salarial, ou outros suplementos.

Sobre a reposição do desconto da ADSE em 1,5%, a SEAEP remete a resposta para o Ministério da Saúde e que será aberta a negociação com os sindicatos sobre esta matéria.

Depois das declarações contraditórias sobre as 35 horas, a SEAEP afirmou que o compromisso se mantém com a aplicação das 35 horas para todos (contratados e nomeados) com a condicionante de aumentar a despesa pública. Neste contexto, está em curso um diagnóstico de impacto e um levantamento Ministério a Ministério, cujas conclusões serão apresentadas aos sindicatos em finais de Março.



13º Congresso da CGTP-IN

Organização, Unidade e Luta! A força dos Trabalhadores!

Realizou-se nos dias 26 e 27 de Fevereiro, em Almada, o XIII Congresso da CGTP-IN, com a participação de mais de setecentos delegados que representaram milhares de trabalhadores de norte a sul do país, da Madeira e Açores. Estiveram também, ao longo do Congresso e principalmente nos momentos altos, centenas de convidados, entre ativistas sindicais e trabalhadores que fizeram transbordar durante os dois dias da sua realização, o Complexo Municipal dos Desportos «Cidade de Almada».

Realizado numa complexa situação política à escala nacional e internacional, este Congresso contou com a presença de 91 organizações congéneres de todos os continentes, tendo como lema “ Organização, Unidade e Luta! A Força dos Trabalhadores”. Marcaram também presença a CSI (Confederação Sindical Internacional) e FSM (Federação Sindical Mundial), além da CES (Confederação Europeia de Sindicatos) da qual a CGTP-IN integra.

Tratou-se de mais um momento de elevado significado, reafirmando os princípios e valores do sindicalismo

de classe que a nossa central sindical assume desde a sua criação. A história desta Central Sindical, umbilicalmente conotada aos trabalhadores portugueses, constituiu e ainda prevalece como um contributo determinante para a democracia, sendo um património comum de quantos trabalham e lutam por um Portugal de prosperidade, justiça e liberdade.

Nos últimos quatro anos, isto é, desde o anterior Congresso, **foram sindicalizados mais de 104 mil trabalhadores** pelos sindicatos da CGTP-IN. Realidade que ganha uma acrescida importância porque alcançada num contexto de crescente destruição de postos de trabalho, aumento do desemprego e da precaridade, associado ainda a uma maior desregulação e individualização das relações laborais. Um cenário que revela as consequências da política de direita levada a cabo pelo anterior governo do PSD/CDS.

Neste encontro magno, foi também possível refletir amplamente sobre as respostas que o *Movimento Sindical Unitário* pode e deve dar face ao momento político-sindical atual, as-

sociando os previsíveis desafios que se conseguem antever no futuro imediato do nosso país.

Neste contexto, foi eleito um novo *Conselho Nacional* para o próximo quadriénio, composto por 147 elementos. Da sua composição, enfatizamos a presença de um Dirigente do STML, o atual Presidente Vítor Reis que nos próximos quatro anos terá a responsabilidade de dar a conhecer à CGTP-IN os problemas e as lutas dos trabalhadores do município de Lisboa.

Valoriza-se ainda o rejuvenescimento do órgão máximo da Central, que em termos latos, foi alcançado inegavelmente. Arménio Carlos será, por mais um mandato, o Secretário-Geral da CGTP-IN, dando voz por sua vez às reivindicações e aspirações dos trabalhadores portugueses, defendendo intransigentemente os interesses de quem trabalha. Foi aprovado igualmente, o *Programa de Ação* para o mesmo período.

Sobre o *Programa de Ação*, que tem como referências a Declaração de Princípios da CGTP-IN, a Constituição da República Portuguesa e os va-





lores de Abril, autênticos esteios que orientam a ação dos sindicatos, divide-se em cinco capítulos, evidenciando os próprios ‘títulos’, a linha de intervenção a seguir nos próximos quatro anos. São eles:

1. Organização, Unidade e Luta! A força dos Trabalhadores – Continuar a reforçar a organização sindical;
2. Intensificar a ação e a luta reivindicativa. Aumentar os salários. Combater a exploração e o empobrecimento. Exercer o direito de contratação coletiva;
3. Valorizar o trabalho e os trabalhadores, desenvolver uma política de pleno emprego, defender os direitos, promover a qualidade das condições de trabalho;

4. Defender e reforçar os direitos, as funções sociais do Estado e os serviços públicos;

5. Lutar por uma nova sociedade, de paz e progresso.

Estamos perante uma linha de intervenção, que visa alcançar os objetivos programáticos da CGTP-INT que

defende a promoção de um Portugal democrático, desenvolvido solidário e soberano, mas também contribuindo para a construção de uma democracia política, económica, social e cultural, organizando simultaneamente os trabalhadores para a defesa dos seus direitos coletivos e individuais.

Neste sentido, a CGTP-INT continuará a desenvolver um sindicalismo de

intervenção e transformação, com a participação dos trabalhadores, na luta pela sua emancipação e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploração do homem pelo homem.



Petição "Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos!"

O anterior Governo PSD/CDS, prossequindo aquele que foi sempre o seu objetivo, entregar os serviços públicos de águas e resíduos aos grupos privados, vendeu a Empresa Geral do Fomento (EGF), ao consórcio liderado pela SUMA/Mota-Engil.

Tratou-se de uma opção escandalosa que criou um monopólio privado de resíduos sem paralelo na Europa, com gravíssimas consequências e perigos para o ambiente e a saúde, impondo a fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. Assim, criou três mega empresas: a *Águas de Lisboa e Vale do Tejo* - concessionada à EPAL; a *Águas do Norte e a Águas do Centro-Litoral*, mantendo-se as *Águas Públicas do Alentejo e as Águas do Algarve*. Estamos perante o caminho da privatização e transformação da água, bem essencial à vida, num negócio.

Decorrente deste processo, foi entregue a 10 de Dezembro último no Ministério do Ambiente, uma **Resolução** que manifestou a oposição a todo o processo que levou à reestruturação no sector das Águas e Resíduos, exigindo a reversão da venda da EGF/Valorsul - tratamento/reciclagem lixos. A **Resolução**, subscrita pela Associação Água Pública, STML e SITE/Sul, deu origem à criação da plataforma "**Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos**" que posteriormente passou a incluir também o STAL e o MUSP (Movimento de Utentes dos Serviços Públicos).

Esta plataforma decidiu, para já, avançar com o lançamento de uma petição na qual se exige à Assembleia da República a assunção de medidas que garantam:

- A reversão da privatização da EGF, condição essencial para garantir uma política de resíduos norteada por razões ambientais, pela defesa do interesse público e não pelo lucro.



- A reversão do processo de fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento respeitando os princípios da autonomia local, da subsidiariedade e da descentralização, assegurando a proximidade dos serviços como factor de coesão económica e social do território.

- O reforço e a valorização das atribuições e competências municipais na prestação dos serviços de água, saneamento e resíduos, mediante a afectação dos correspondentes meios financeiros, humanos e técnicos, para dar resposta às necessidades e anseios das populações.

- O apoio aos municípios na renegociação e eventual remunicipalização das concessões municipais de águas, saneamento e resíduos.

- A defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da melhoria das condições de trabalho, assegurando a valorização social e profissional dos trabalhadores destes sectores.

- Uma política de preços e tarifas que assegure a todos o acesso a estes serviços em condições de igualdade e que não penalize ainda mais as famílias e as populações.

É uma obrigação de todos, trabalhadores e utentes destes serviços, essenciais ao bem estar de populações e que materializam setores estratégicos para o país, subscrever esta petição. A mesma, que já circula em muitos locais de trabalho, está disponível na internet no endereço:

<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT79976>

Porque o que é público é de todos e o que é privado, é só de alguns!

Se ainda não o fizeste, assina a Petição!



No 8 de Março, celebrando o Dia Internacional da Mulher!

Comemora-se em 2016, 106 anos da proclamação do *Dia Internacional da Mulher* oficializado por Clara Zetkin, alemã revolucionária que em 1910, num Congresso em Copenhaga, chamou a atenção do mundo para a luta que as mulheres operárias dos Estados Unidos à Rússia czarista, travavam contra a exploração desenfreada e desumana. Muitas destas mulheres foram ostracizadas ou perderam inclusive a vida por uma luta libertadora que se foi concretizando paulatinamente ao longo do século XX. Um processo que ainda hoje decorre, com avanços e recuos, mas que dificilmente poderá ser ignorado como aconteceu ao longo dos séculos precedentes.

Em Portugal, a emancipação da mulher só foi possível com a Revolução de Abril de 1974. Da Constituição que resultou deste marco histórico, destaca-se o Princípio da Igualdade (art.º13), ou o disposto sobre *Família, Casamento e Filiação* (art.º36), sobre o *Direito ao Trabalho* (art.º58), ou ainda sobre os *Direitos dos Trabalhadores* (art.º59), referindo a *alínea b) do n.º1* que «Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo (...), têm direito a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.» Acresce pela sua importância o enunciado na *alínea c) do n.º2*, quando observa a «especial proteção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto (...).» Não desvalorizamos ainda o princípio referente à *Família* (art.º.67) e à *Paternidade e Maternidade* (art.º.68).

Muita legislação foi construída nas décadas seguintes tendo como base os princípios orientadores da Constituição da República Portuguesa, que favoreceu a igualdade entre mulheres e homens, enquanto indivíduos de direitos iguais perante a lei. Todavia, não desvalorizando o caminho progressista encetado há

quase 42 anos atrás, muito continua ainda por fazer no que diz respeito à igualdade de facto.

A mulher portuguesa continua ainda sujeita a práticas discriminatórias e a estereótipos que a colocam, por exemplo, no plano do estudo das minorias, consubstanciando um paradoxo face ao seu peso maioritário no seio da população portuguesa. A mulher continua a receber menos salário que o homem, mesmo desempenhando tarefas iguais e apesar de muitas vezes ter habilitações superiores. A mulher continua sujeita à dupla jornada de trabalho, isto é, além das responsabilidades profissionais, cabe-lhe ainda, maioritariamente, a supervisão familiar, nomeadamente no acompanhamento dos filhos e nas lides domésticas. A mulher continua a ser preterida, apenas por ser mulher, na escolha para cargos de direção.

Por outro lado e no momento atual do neoliberalismo predominante, são as mulheres as mais prejudicadas pelas consequências das políticas de direita, já que são maioritárias nos números do desemprego, nos contratos precários, nos baixos salários, na pobreza e na emigração.

Se muito avançamos no plano da institucionalização dos direitos da mulher, enquanto cidadã, estudante, trabalhadora e mãe, muito falta ainda por percorrer até à igualdade plena que todos ambicionamos. É neste sentido que nos encontramos e foi com este projeto em mente que o STML mais uma vez promoveu o *Dia Internacional da Mulher* no município de Lisboa com uma reunião geral para as respetivas trabalhadoras. No Teatro de São Luiz, além da festa, recordamos a luta. Num espaço bonito, ouvimos os NÓ e, todas e todos reforçaram a urgência da igualdade e da emancipação como direitos inalienáveis que nos devem motivar na luta por uma política que cumpra esse desígnio.



O que dizer sobre o Orçamento do Estado para 2016

O Orçamento do Estado (OE) do governo do PS foi aprovado, no final de fevereiro, pelas bancadas de PS, PCP, PEV e BE. Embora reconhecendo as limitações que o colocam aquém das mais legítimas expectativas do povo e dos trabalhadores portugueses, o documento comporta aspetos muito positivos, nomeadamente na recuperação de rendimentos e direitos roubados pelos quatro anos de governação de direita. Para além disso, o OE é um sinal de inversão do rumo político de empobrecimento e exploração que importa valorizar.

Não sendo este o OE ideal, e contendo mesmo medidas consideradas insuficientes depois do esbulho a que PSD e CDS conduziram os trabalhadores e a generalidade dos portugueses, o documento revela ainda os enormes constrangimentos, pressões e ingerências externas a que o país continua submetido, e que protagonizam os entraves ao crescimento e ao desenvolvimento económico e social.

Depois do inaceitável processo de chantagem a que Portugal se vem encontrando sujeito pela União Europeia (UE), particularmente na obsessão pela exigência do cumprimento do défice estrutural e da dívida pública, confirma-se uma vez mais a necessidade de romper com o Tratado Orçamental e de assegurar urgentemente a renegociação de uma dívida que se tornou insustentável, com encargos que, este ano, deverão ascender a 8,5 mil milhões de euros.

De entre os aspetos positivos, e para além da recuperação de salários e pensões previstos, o OE aponta medidas que, no âmbito fiscal, levarão ao aumento da tributação sobre a banca e o fim de alguns privilégios dos rendimentos de capitais. Porém, e não esquecendo o enorme desequilíbrio na atual tributação de rendimentos sobre o trabalho e o capital, estas medidas ficam aquém de uma política fiscal justa. Daí a CGTP-IN ter sublinhado

“a necessidade de uma reforma fiscal que assegure a extinção da sobretaxa de IRS; o aumento do número de escalões para assegurar a progressividade; um regime de deduções à coleta que beneficie a maioria dos agregados familiares; o englobamento de todos os rendimentos; uma taxa de 0,25% sobre as transações financeiras de valores mobiliários e a extinção de todas as isenções fiscais relacionadas com os rendimentos do capital, o sistema financeiro, os mercados de capital e com as zonas francas, de forma a reverter a ‘reforma’ do IRC desencadeada pelo Governo do PSD-CDS, para beneficiar os grupos económicos e financeiros”.

Em sentido contrário, parece preocupante o aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos, não só pelo impacto que está já a gerar no custo de vida e nos orçamentos familiares, como nos custos de produção das micro e pequenas empresas, principais empregadores na economia portuguesa. Neste contexto, a CGTP-IN considera que “este aumento deve ser suportado na totalidade pelas empresas petrolíferas que nos últimos anos acumularam lucros de milhares de milhões de euros, período em que os trabalhadores e a população em geral foram confrontados com uma brutal redução dos seus rendimentos”.

Em síntese, o OE para 2016 reflete, no seu conjunto, uma alteração do rumo da política seguida pelo anterior governo de PSD e CDS. Contudo, sendo um documento marcado pelos constrangimentos externos já referidos, o debate na especialidade (que foi iniciado na altura em que estamos a redigir este artigo), deverá imprimir alguns melhoramentos, sobretudo na resposta aos problemas dos trabalhadores e das suas famílias, no aumento do investimento público em políticas de reindustrialização do País ou na redução dos encargos com as PPP e com os juros da dívida.



Salários e progressões congeladas...



Na Assembleia da República existe hoje uma nova correlação de forças mais favorável aos interesses dos trabalhadores e, em especial, aos trabalhadores da administração pública.

Muitas das medidas aprovadas no início desta legislatura vão no sentido de reverter a política que PSD/CDS impuseram nos últimos anos. Desde a reposição dos salários, mesmo que gradualmente, à eliminação da sobretaxa do IRS, ao descongelamento das contratações na administração local, à reposição das 35 horas mesmo encoberta pela ambiguidade temporal, ao aumento do salário mínimo nacional, ainda que para valores insuficientes, entre outras matérias que não devem, pelo seu sentido positivo, serem desvalorizadas.

Contudo, o novo Governo do PS não materializa a rutura que todos ambicionamos. Dá os primeiros passos, é verdade, num sentido contrário ao que defende o PSD/CDS e que tanto nos infernizou a vida. Assume-se, o que também não é menos importante, como um governo anti austeridade para os mesmos de sempre, mas ainda muito timidamente faz corresponder essa assunção com as decisões assumidas ou anunciadas.

Os trabalhadores da administração pública, e os da cidade de Lisboa em particular, criaram justas e le-

gítimas expetativas sobre a mudança não raras vezes declarada. Contudo, pelo menos em 2016, não se irão concretizar algumas das medidas que de facto elevariam as suas condições de vida. Referimo-nos especificamente ao **aumento real dos salários** em função do atual custo de vida, ao **descongelamento das progressões** na carreira e à **revogação do SIADAP**, substituindo-o por um sistema de avaliação não castrador da imensa maioria dos trabalhadores na sua capacidade em evoluir profissionalmente por mérito próprio.

Estamos perante assuntos extremamente sensíveis que já se prolongam há demasiados anos, penalizando duramente a imensa maioria daqueles que atualmente trabalham no setor público, seja num ministério, repartição, escola, hospital, câmara ou junta de freguesia.

Valorizamos a inversão de rumo que hoje assume este Governo, mas não podemos deixar de criticar as suas opções sobre matérias como o **Banif**, com custos assumidos pelo Estado na ordem dos 3.000 milhões de euros, com o **Novo Banco** (BES), cujos montantes injetados pelo Estado ascendem a 3.900 milhões de euros, desconhecendo-se ainda o desfecho sobre a sua eventual venda e a que preço, sobre a **não renegociação das parcerias público-privadas (PPP)**

que em 2016 custarão ao Estado mais 1.690 milhões de euros, prevendo-se que até 2018, fim da atual legislatura, esse valor chegue aos 6.253 milhões de euros (valor por baixo), **ou não renegociando a dívida do país** cujos encargos em 2016, serão cerca de 8.500 milhões de euros.

Percebemos por estas opções que o argumento dos constrangimentos financeiros e orçamentais, não se aplica a quem ganha milhares de milhões com a especulação e o aventureirismo ganancioso associado à banca privada. Não se aplica aos grandes grupos económicos que lucram milhares de milhões com as PPP. Não se aplica a quem lucra com a dívida nacional, já de si impagável, satisfazendo assim eternamente os bolsos da *troika*, mas também dos bancos privados que no *negócio da dívida* ganham milhares de milhões de euros.

De opções se faz a política e se este Governo opta por manter congeladas as expetativas dos trabalhadores da administração pública, não o faz porque não tem alternativa, mas sim porque optou por seguir um rumo que todos já conhecemos e com o qual é imperativo romper, a bem do que é justo, porque falamos das nossas vidas e do nosso futuro.

31 de Março, saímos à rua no Dia Nacional da Juventude Trabalhadora! Queremos o que é nosso! Mais salário, estabilidade, viver e trabalhar no nosso país!

Para alcançar uma verdadeira mudança, não podemos ficar no sofá a ver na televisão as opiniões que nos apelam à passividade conformada e resignada.

Porque muitos problemas continuam a afetar negativamente os jovens trabalhadores, a Interjovem/CGTP-IN irá realizar no dia 31 de Março (quinta-feira) em Lisboa, uma grande Manifestação que comemora o Dia Nacional da Juventude Trabalhadora.

Contudo, para além das comemorações, trata-se efetivamente de um dia de luta onde se procurará denunciar e exigir soluções para os problemas mais prementes daqueles que muitos afirmam ser o futuro do país, sem contudo lhes garantirem as condições para a sua efetiva emancipação, empurrando-os para o desemprego, para a precariedade, para o mundo dos baixos salários e, em último recurso, para engrossarem os números da emigração.

Os jovens trabalhadores, homens e mulheres, devem hoje exigir sem papas na língua o respeito pelos seus Direitos, muitos deles inclusivamente consagrados na Constituição da República! No município de Lisboa, muitos dos problemas que atravessam o país, fazem-se sentir com uma força até aqui nunca antes vista. A precariedade, através da banalização abusiva da contratação a recibos-verdes, generalizou-se, quer na Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia mas também nas Empresas Municipais.

Muitos, distraídos ou iludidos com este novo 'mercado de trabalho', que os considera uma mera mercadoria limitada à execução desta ou daquela tarefa, julgam estarem numa situação apenas temporária, que melhorará inevitavelmente com o passar dos anos...é pertinente lembrar os homens e mulheres que ao fim de décadas de precariedade, não conseguiram sair desse registo, ora porque não denunciaram ou não lutaram pela elevação da sua condição contratual e de vida, ora porque se resignaram e consideraram normal ou que sempre foi uma anormalidade. Abrir os olhos é imprescindível!

A Interjovem, organização específica da CGTP-IN para a juventude trabalhadora, tem contribuído para a organização e dinamização da acção dos jovens trabalhadores de diferentes sindicatos e sectores profissionais. Na ação prevista para 31 de Março, Interjovem e STML procuram envolver todos os jovens em torno das suas reivindicações, exigindo soluções políticas para:

- Respeito e cumprimento da legislação sobre condições de saúde e segurança no trabalho;
- Aumentar os salários e o Salário Mínimo Nacional;
- Combater a desregulação dos horários de trabalho e lutar pela sua redução, sem perda de remuneração;
- Combater todas as formas de precariedade no emprego e lutar pela passagem a efectivos de todos os trabalhadores a recibos-verdes em postos de trabalho de natureza permanente;
- Lutar pela alteração das leis que põem em causa o direito de negociação e de contratação colectiva;
- Combater todas as formas de discriminação no trabalho;
- Defender uma política cultural que assegure o acesso aos meios e instrumentos de criação e fruição culturais;
- Garantir uma Administração Pública e serviços públicos de qualidade;
- Defender uma política fiscal que promova uma repartição mais justa da riqueza.

Dia 31 de Março junta a tua à nossa voz!

Vem lutar pelo que é nosso!



Espaço dos Aposentados



PLANO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE REFORMADOS PARA 2016 - DESTAQUES

- Prosseguir a sensibilização dos sócios aposentados e dos que se encontram em vias de aposentação, para o interesse em manter a sua filiação sindical, através: da atualização regular da base de dados de sócios; da intensificação da comunicação por carta, via e-mail e SMS; da atualização da página “Reformados” do sítio do STML na web; da participação regular no Boletim “O Trabalhador da CML” com artigos relacionados com a luta dos reformados e as atividades da Comissão de Reformados;
- Sensibilizar os sócios aposentados para participarem nas ações da Comissão de Reformados, tanto na vertente sociocultural como na vertente reivindicativa, em defesa dos interesses específicos dos aposentados e em solidariedade com os trabalhadores no ativo;
- Realizar as reuniões mensais da Comissão de Reformados, de acordo com a agenda já estabelecida. Estes encontros regulares, reforçando os laços de convívio e solidariedade entre ex-companheiros de trabalho, constituem um espaço importante de divulgação e debate sobre os temas que interessam aos trabalhadores aposentados, numa fase particularmente vulnerável das suas vidas. Estas reuniões, que deverão contar com a presença de dirigentes do STML, contribuirão para o esclarecimento e mobilização para as ações de luta reivindicativa, juntamente com os trabalhadores no ativo, organizadas no âmbito da CGTP, nomeadamente as promovidas e/ou apoiadas pelo STML, pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e pela Inter-Reformados;
- Articular a nossa atividade com a da Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum, da Inter-Reformados de Lisboa e da Inter-Reformados Nacional;

- Participar nas comemorações populares do 42º aniversário da Revolução do 25 de Abril, nas iniciativas promovidas pelo STML e pela Inter-Reformados de Lisboa – Almoço em Castro Verde, a 16 de Abril;
- Participar na manifestação do 1º de Maio da CGTP-IN;
- Prosseguir o programa de visitas guiadas a instituições de interesse cultural, as quais, para além do convívio que proporcionam, valorizam pessoalmente os que nelas participam;
- Apoiar e participar em todas as iniciativas, no domínio institucional e no da luta de massas: pela recuperação e valorização das pensões, contra a destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, pela defesa das conquistas de Abril.

Visita ao Museu Militar

Na visita ao Museu Militar, a 24 de Fevereiro, os 12 associados da Comissão de Reformados do STML percorreram as suas 22 salas e 4 galerias guiados pela jovem militar Ana Freitas.

Para além das variadas peças que testemunham a evolução do poder bélico através dos tempos e retratam as batalhas em que os portugueses participaram, pudemos apreciar entre a magnificente decoração de algumas salas, as belíssimas telas de Columbano e Condeixa, acompanhadas das estrofes dos Lusíadas que as inspiraram, o quadro “Pátria Coroando os Heróis da Liberdade” de Veloso Salgado, a maquete da estátua de bronze (Cemitério Alto S. João) de Maximiano Alves e, numa das galerias, o carro que serviu para transportar as colunas do Arco da Rua Augusta.

A Europa antidemocrática ataca Portugal

O folheto relacionado com o OE/2016 mostrou, uma vez mais, como as instituições europeias estão cada vez mais antidemocráticas e desrespeitadoras da vontade legítima dos cidadãos.

Enquanto se desagrega lentamente e se deslegitima face aos povos da Europa, a União Europeia (UE) vai fazendo valer a sua vontade “germanizada” sobre os países mais frágeis do continente, como é, infelizmente, o nosso caso. Para isso, vale tudo, desde as recomendações anticonstitucionais sobre a condução da política interna à mais vil e baixa chantagem sobre os governos legítimos dos Estados membros.

Indiferente às regras democráticas, às soberanias nacionais e às eleições que expressam a vontade dos cidadãos, para Portugal a UE assumiu, como é natural, a bandeira da direita, personificada no caso pelo governo PSD/CDS. Mal se começou a perceber que os partidos de esquerda podiam chegar a um entendimento para evitar a continuidade no poder de Passos e Portas, a Comissão Europeia tratou de atacar o País, alertando para os perigos que os portugueses corriam face a essa solução.

Passos e Portas (e toda uma horda de correias de transmissão mediática) galgaram a onda e, como sempre, fantoches do poder da *troika*, tudo fizeram (e ainda fazem) para descredibilizar uma situação legítima, democrática e constitucional como aquela que conduziu à formação de um governo do PS. Desde a chantagem sobre o financiamento da economia ao desfraldar da bandeira do caos à semelhança da Grécia, valeu tudo neste últimos meses para travar uma solução governativa que conduzisse à rutura com o caminho de austeridade e empobrecimento. Caminho a que a Comissão Europeia (CE), o FMI e o BCE condenaram Portugal desde 2011.

2015 foi um ano paradigmático do exercício antidemocrático desta Europa imoral do capitalismo. Ainda o País não tinha ido a votos, já a CE pedia um esboço de Orçamento do Estado. Caricato, de facto, porque quem poderia garantir a Bruxelas que Passos e Portas iriam continuar a governar? Que legitimidade tinha um governo em fim de mandato de enviar às instituições europeias um documento que poderia estar em completa discordância com o sentimento político de um futuro governo?



Depois, enquanto Cavaco se preparava para empossar o governo relâmpago do PSD/CDS, vivemos o primeiro ato das chantagens. O Orçamento tinha de chegar o quanto antes a Bruxelas sobre a pena da economia portuguesa deixar de receber financiamento externo e sofrer as penalizações das *agências de rating*.

Num segundo ato, quando já se percebia que Passos e Portas iriam governar por meia dúzia de dias e não mais, surge o discurso da preocupação e do terror: vem aí uma nova Grécia! E um aviso, em tom de ameaça: a austeridade não pode parar! Porém, a vontade dos portugueses de rutura com os quatro anos de empobrecimento e esbulho não esmoreceu, e um novo governo assumiu funções, com legitimidade parlamentar e popular. Sequestrado, é certo, pelos ditames europeus que a muito curto prazo, vão exigir ainda mais determinação, resistência e luta por parte dos trabalhadores portugueses.

Este modelo de “Europa” tem em vista a prossecução da destruição de sistemas produtivos, desinvestimento, ataques aos direitos sociais e laborais, concentração e centralização de capital e empobrecimento dos povos e dos trabalhadores, impossibilitando assim qualquer estratégia de relançamento de crescimento económico em economias débeis como a nossa.

Sem ilusões, reafirmamos que só a determinação soberana dos povos pode travar este caminho, assumir uma rutura e lutar por uma Europa de liberdade e justiça para todos.



A venda de património público a preços de saldo transformou-se numa lucrativa indústria para um pequeno círculo de empresas jurídicas, de consultadoria e financeiras, com a cumplicidade de Bruxelas e do FMI.



CRISE NA EUROPA



O Transnational Institute (TNI), centro de estudos sediado na Holanda, já tinha acusado a UE e o FMI de utilizarem a crise económica para impor programas de privatização aos países mais endividados. Tal foi a conclusão do estudo publicado em 2013.

Três anos depois um novo trabalho analisa as consequências desses processos, examina os argumentos que os justificaram e revela quais os grandes beneficiários da venda do património público.

O estudo, publicado dia 17 Fevereiro, intitula-se «A Indústria da Privatização na Europa» e conclui que a CE, BCE e o FMI favorecem objetivamente um pequeno círculo de multinacionais na área da consultadoria e da finança que surgem sistematicamente ligadas a estes processos.

Para estas instituições, as privatizações de serviços públicos e empresas estatais são a panaceia para as dificuldades financeiras dos estados-membros. Além disso, alegam que a titularidade privada melhora a rentabilidade e competitividade das empresas, beneficiando os cidadãos com preços mais baixos e melhores serviços.

Os autores deste estudo, contrapõem que a maioria das privatizações realizadas nos últimos anos se traduz-

iram numa redução de receitas para o Estado, no aumento de casos de corrupção e em serviços mais caros e de pior qualidade.

Por exemplo, nos 34 países da OCDE, o preço médio da energia dos fornecedores privados é 32,1% mais elevado do que o praticado pelas empresas públicas.

Ao mesmo tempo, apontam grandes perdas em matéria de salários, empregos e redução de direitos laborais, que decorreram das privatizações e agravaram ainda mais a crise económica.

O relatório de 2013 do TNI apurou que entre Outubro de 2008 e Outubro de 2011, a CE autorizou ajudas estatais às entidades financeiras no valor 4,5 biliões de euros (!!).

Para o salvamento da banca, os governos contraíram um volume de dívida sem precedentes, colocando as finanças públicas à beira da rutura, como aconteceu em Portugal, Grécia, Irlanda, Chipre, Espanha e Itália.

Ao arrepio do Tratado de Funcionamento da UE, no qual se estabelece que a CE deve ser neutral quanto ao regime de propriedade pública ou privada das empresas, a «assistência financeira» a estes países foi condicionada à aplicação não só de severas

medidas de austeridade mas também de amplos programas de privatização.

Ao sector financeiro, que já tinha beneficiado de enormes ajudas do Estado, é oferecida uma oportunidade de realizar lucros fabulosos, comprando a preço de saldo empresas públicas rentáveis.

A promiscuidade de interesses vai ao ponto de os avaliadores serem ou servirem os compradores, como aconteceu na Grécia, Espanha ou Portugal. Pressionados a vender património o mais rapidamente possível, os governos aceitam negócios ruinosos para o interesse público.

O relatório refere nos casos da privatização da EDP e da REN, como exemplos de claro conflito de interesses. Em ambas as privatizações o Banco Espírito Santo de Investimento foi contratado como avaliador pelo Estado português. Pouco depois a mesma entidade foi assessora financeira das duas companhias chinesas que compraram os ativos.

O TNI cita o parecer do Tribunal de Contas que criticou o papel duplo do BES na privatização, estimando que o Estado terá perdido 1600 milhões de euros com a venda da EDP e cerca de 400 milhões de euros no caso da REN.

No 42º Aniversário da Revolução de Abril!

Comemoramos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril. Em 1974, os trabalhadores e o povo português, transformaram o golpe militar que heroicamente derrubou o regime fascista mais antigo da Europa (48 anos), numa revolução que conduziu à instauração da democracia em Portugal.

Com a democracia, foi possível a construção do Estado Social, com o acesso generalizado da população à saúde, à educação e à protecção social. Foram possíveis eleições livres e a construção da Constituição da República Portuguesa. Conquistámos direitos laborais fundamentais, como o salário mínimo nacional, horários de trabalho, férias e respectivo subsídio.

Ao longo as décadas que se seguiram, as forças reaccionárias aliadas ao capital, tentaram fazer regredir estas conquistas, mormente o anterior governo do PSD/CDS, com o apoio do anterior presidente Cavaco Silva. Em nome do pagamento da dívida externa e sob os ditames da troika estrangeira (FMI, UE, BCE), foi desenvolvida uma política neoliberal, que conduziu o país à miséria, provocando o desemprego e a emigração no seio dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que tentaram destruir as conquistas de Abril de 74.

Quando sairmos à rua no dia 25 de Abril, estaremos a celebrar a revolução e as suas conquistas, mas também a derrota da política de direita levada a cabo nos últimos anos pelos protagonistas já citados. Façamos deste dia, um dia de luta, com a convicção de que é possível recuperar e conquistar direitos.



PROTOSCOLS STML

Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia